



ATA Nº 4/2014

DA 2ª REUNIÃO DA SESSÃO ORDINÁRIA DE ABRIL DE 2014  
DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LAGOS,  
REALIZADA A 5 DE MAIO DE 2014

-----No dia 5 de maio de 2014, no Salão Nobre do Edifício dos Antigos Paços do Concelho de Lagos, reuniram-se os Membros da Assembleia Municipal de Lagos para continuação da Sessão Ordinária de abril de 2014 da mesma Assembleia, cuja 1.ª Reunião se tinha realizado no passado dia 28 de abril de 2014 e de que faltam tratar os seguintes pontos da **ORDEM DO DIA**:

- PONTO 1 - *Apreciação e votação dos Documentos de Prestação de Contas do ano 2013, incluindo o Relatório de Gestão Intercalar do ano 2013 (15 de outubro a 31 de dezembro) (continuação);*
- PONTO 2 - *Situação do endividamento da Câmara Municipal e das Empresas Municipais, à data de 31 de março de 2014;*
- PONTO 3 - *Informação escrita da Presidente da Câmara acerca da atividade do Município;*
- PONTO 4 - *Apreciação e votação da proposta de Acordo de Execução a celebrar com a União de Freguesias de Bensafrim e Barão de S. João;*
- PONTO 5 - *Apreciação e votação da proposta de Acordo de Execução a celebrar com a Junta de Freguesia da Luz;*
- PONTO 6 - *Apreciação e votação da proposta de Acordo de Execução a celebrar com a Junta de Freguesia de Odiáxere;*
- PONTO 7 - *Apreciação e votação da proposta de Acordo de Execução a celebrar com a União de Freguesias de Lagos (São Sebastião e Santa Maria);*
- PONTO 8 - *Apreciação e votação da proposta do Regulamento Municipal de Atribuição de Apoios no âmbito da Ação Social.*

-----**ABERTURA DA REUNIÃO:** Tendo sido constituída a Mesa com todos os seus Membros presentes, o Sr. Presidente da Mesa, Paulo Morgado (PS), verificada a existência de quórum, deu início à presente Reunião, quando eram 20 horas e 50 minutos, verificando-se as seguintes presenças:

GRUPO MUNICIPAL	NOME DO MEMBRO
PS	Ana Cristina da Conceição Pereira
PS	António Marreiros Gonçalves
PS	Carlos Manuel Martins da Saúde Fernandes [Presidente da Junta de Freguesia da União das Freguesias de Lagos (S. Sebastião e Santa Maria)]



Fl. 51v.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL  
DE  
LAGOS

PS	Duarte Nuno Evangelista Lopes Rio [Presidente da Junta de Freguesia da União das Freguesias de Bensafrim e Barão de S. João]
PS	Eduardo Manuel de Sousa Andrade
PS	João Henrique Pereira
PS	João Luís da Silva Gomes
PS	Maria Paula Dias da Silva Couto
PS	Nuno Filipe Pereira Marreiros (Secretário da Junta de Freguesia da Luz)
PS	Paulo José Dias Morgado (Presidente)
PS	Sofia Isabel Jesus Domingos Santos (Secretária da Junta de Fregeusiade Odiáxere)
PS	Sónia Cristina Ramos Pires Guimarães de Melo
PSD	Fernando Manuel Cristino Marreiro
PSD	Fernando Ramos Bernardo (1º Secretário)
PSD	Joaquim José Furtado Marreiros de Azevedo
PSD	José Valentim Rosado
PSD	Nádia Cristina Vaz Laboreiro
LCF	Ana Margarida de Passos Águas Bento e Barros Martins (2ª Secretária)
LCF	Carlos Francisco Graça da Glória
LCF	Jorge Manuel Fernandes Ferreira
CDU	Ana Paula Pereira Viana
CDU	Celso Jorge Pereira da Luz Alves Costa
CDU	José Manuel da Glória Freire de Oliveira
TSL	José Alberto Baptista
BE	José Manuel Maia dos Santos

-----SUBSTITUIÇÃO DE MEMBROS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL:

GRUPO MUNICIPAL	NOME DO MEMBRO	PERÍODO SUBSTITUIÇÃO	SUBSTITUTO
PSD	Rui Filipe Machado de Araújo	1 dia	Adélia Maria de Almeida Rodrigues Fuzeta
PSD	Adélia Maria de Almeida Rodrigues Fuzeta	1 dia	Joaquim José Furtado Marreiros de Azevedo



GRUPO MUNICIPAL	NOME/CARGO DO DEPUTADO MUNICIPAL	SITUAÇÃO
PS	Vítor Manuel Morais Mata (Presidente da Junta de Freguesia da Luz)	Solicitou substituição para esta Sessão, ao abrigo da alínea c) do n.º 1 do Artigo 18.º, do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12/09.
PS	Nuno Filipe Pereira Marreiros (Secretário da Junta de Freguesia da Luz)	Substitui o Sr. Vítor Mata (Presidente da Junta de Freguesia da Luz).

-----**SUBSTITUIÇÃO DE MEMBROS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL – TOMADA DE POSSE:**

GRUPO MUNICIPAL	NOME/CARGO DO DEPUTADO MUNICIPAL	SITUAÇÃO
PS	Carlos Manuel Pereira Fonseca (Presidente da Junta de Freguesia de Odiáxere)	Solicitou substituição para esta Reunião, ao abrigo da alínea c) do n.º 1 do Artigo 18.º, do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12/09.
PS	Sofia Isabel Jesus Domingos Santos (Secretária da Junta de Freguesia de Odiáxere)	Substitui o Sr. Carlos Fonseca (Presidente da Junta de Freguesia de Odiáxere).

-----**MEMBROS DA CÂMARA MUNICIPAL DE LAGOS QUE ESTIVERAM PRESENTES NA SESSÃO:**

PARTIDO	NOME/CARGO DO MEMBRO DA CÂMARA MUNICIPAL
PS	Maria Joaquina Baptista Quintans Matos - Presidente
PS	Hugo Miguel M. Henrique Pereira - Vice-Presidente
PS	Maria Fernanda Pires de M. Carvalho Afonso - Vereadora
PS	Paulo Jorge Correia dos Reis - Vereador
PSD	Nuno Filipe Carreiro Ferreira Serafim - Vereador
LCF	Luís Manuel da Silva Barroso - Vereador

-----**FALTOU A ESTA REUNIÃO O MEMBRO DA CÂMARA MUNICIPAL, a seguir indicado:**

PARTIDO	NOME/CARGO DO MEMBRO DA CÂMARA MUNICIPAL
CDU	Luís Carlos Carradinha Reis - Vereador

-----**TOMADA DE POSSE DE MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DE SEGURANÇA:** Ao abrigo do Artigo 9.º da Lei n.º 33/98, de 18/07, foram convocados, para estarem presentes na 2.ª Reunião da Sessão Ordinária de abril de 2014, para tomar posse como Membros efetivos do Conselho Municipal de



Fl. 52v.

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LAGOS

Segurança os seguintes cidadãos: **PAULO JORGE CORREIA DOS REIS** – Vereador da Câmara Municipal de Lagos; **PAULO JOSÉ DIAS MORGADO** – Presidente da Assembleia Municipal de Lagos; **CARLOS MANUEL MARTINS DA SAÚDE FERNANDES** – Presidente da Junta de Freguesia da União das Freguesias de Lagos (S. Sebastião e Santa Maria); **CARLOS MANUEL PEREIRA FONSECA** – Presidente da Junta de Freguesia de Odiáxere; **DUARTE NUNO EVANGELISTA LOPES RIO** – Presidente da Junta de Freguesia da União das Freguesias de Bensafrim e Barão de S. João; **VICTOR MANUEL MORAIS MATA** – Presidente da Junta de Freguesia da Luz; **JOÃO MELCHIOR CUNHA DE ALMEIDA** - Procurador-Adjunto - Ministério Público da Comarca de Lagos; **FÁBIO COELHO** - Comandante da Esquadra da PSP de Lagos; **SÉRGIO EDUARDO REMUDAS PRATEIRO** - Comandante do Posto Territorial de Lagos da GNR; **JOÃO CARLOS PEREIRA** - Coordenador do Departamento de Investigação Criminal de Portimão da Polícia Judiciária; **CARVALHO PINTO** - Comandante Local da Polícia Marítima de Lagos; **MÁRCIO ALEXANDRE ALVES REGINO** - 2.º Comandante do Corpo dos Bombeiros Voluntários de Lagos; **ANTÓNIO MANUEL FERNANDES LIMA** - Chefe da Delegação Regional de Portimão do SEF; **ÁLVARO ISIDRO CÂNDIDO HENRIQUE** - Centro de Emprego e Formação Profissional do Barlavento; **MARIA DE FÁTIMA ANTÃO DUARTE DOS SANTOS** - Instituto da Segurança Social - Serviço Local de Lagos; **CARLOS FILIPE** - Centro de Saúde de Lagos; **SANDRA OLIVEIRA** – ACRAL; **PEDRO MIGUEL DOS SANTOS VIEIRA** – UGT; **ALEXANDRE MIGUEL CHITO PEREIRA** - Cidadão designado pela Assembleia Municipal; **ANTÓNIO JOSÉ JERÓNIMO** - Cidadão designado pela Assembleia Municipal; **ARTUR JOSÉ RÊGO** - Cidadão designado pela Assembleia Municipal; **CARLOS MIGUEL DOS SANTOS VIEIRA** - Cidadão designado pela Assembleia Municipal; **HÉLIO SANTOS GONÇALVES** - Cidadão designado pela Assembleia Municipal; **JOSÉ ANTÓNIO DE OLIVEIRA NOBRE** - Cidadão designado pela Assembleia Municipal; **JOSÉ JOAQUIM PACHECO DOS REIS** - Cidadão designado pela Assembleia Municipal; **JOSÉ MANUEL MAIA DOS SANTOS** - Cidadão designado pela Assembleia Municipal; **JOSÉ TOMÉ** - Cidadão designado pela Assembleia Municipal; **MARTA SUSANA FIGUEIREDO GODINHO PACHECO DA COSTA** - Cidadã designada pela Assembleia Municipal; **NESTOR GABRIEL ZIBREIRA GUERREIRO** - Cidadão designado pela Assembleia Municipal; **PAULO ALEXANDRE DA SILVA CABRITA GRADE** - Cidadão designado pela Assembleia Municipal.-----

-----Não compareceram os cidadãos: **CARLOS MANUEL PEREIRA FONSECA** – Presidente da Junta de Freguesia de Odiáxere; **VICTOR MANUEL MORAIS MATA** – Presidente da Junta de Freguesia da Luz; **JOÃO CARLOS PEREIRA** - Coordenador do Departamento de Investigação Criminal de Portimão da Polícia Judiciária; **MARIA DE FÁTIMA ANTÃO DUARTE DOS SANTOS** - Instituto da Segurança Social - Serviço Local de Lagos; **CARLOS FILIPE** - Centro de Saúde de Lagos; **ARTUR JOSÉ RÊGO** - Cidadão designado pela Assembleia Municipal; **JOSÉ TOMÉ** - Cidadão designado pela Assembleia Municipal; **MARTA SUSANA FIGUEIREDO GODINHO PACHECO DA COSTA** - Cidadã designada pela Assembleia Municipal e **PAULO ALEXANDRE DA SILVA CABRITA GRADE** - Cidadão designado pela Assembleia Municipal.-----



-----Para dar cumprimento ao n.º 1 do Artigo 4.º (Composição) do Regulamento do Conselho Municipal de Segurança, faltam as seguintes entidades indicarem os seus representantes: Instituto da Droga e da Toxicodependência; Direção Regional de Educação do Algarve e CGTP. A ASEMBA - Associação Empresarial do Barlavento Vicentino, informou que não indicava representante por estar sem atividade.-----

-----Verificada a conformidade formal os cidadãos procederam à assinatura dos respetivos autos de posse, os quais ficam arquivados em pasta anexa ao presente livro de atas sob os números D-539-12, ficando assim investidos nas suas funções.---

-----**PONTO 1 - APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DOS DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS DO ANO 2013, INCLUINDO O RELATÓRIO DE GESTÃO INTERCALAR DO ANO 2013 (15 DE OUTUBRO A 31 DE DEZEMBRO) (CONTINUAÇÃO).**-----

-----A Sra. Presidente da Câmara Municipal, Maria Joaquina Matos, começou por felicitar e desejar bom trabalho ao Conselho Municipal de Segurança, empossado nesta reunião. Seguidamente colocou-se à disposição do Plenário para responder a questões relacionadas com o Ponto da Ordem do Dia, já aberto na anterior reunião desta Sessão.-----

-----O Sr. Fernando Marreiro (PSD) disse que após análise ao documento, as contas que constam no mesmo dizem respeito a todo o ano de 2013. Referiu que continua haver uma diferença considerável em relação ao planeado e o executado. Disse que a receita corrente rondou os 38 milhões de euros, enquanto que a despesa rondou os 41 milhões de euros, havendo por isso números negativos. Referiu que o PAEL tem uma grande influência nestas contas. Disse que a estrutura dos quadros da Câmara Municipal tem cada vez mais menos peso na despesa, sendo que em 2010 era de cerca de 47% e em 2013 foi de cerca de 29%. Referiu que os compromissos assumidos anteriormente, vêm dificultar os investimentos que podem ser necessários para o futuro próximo. Disse que os números confirmam que a liquidez imediata é reduzida. Fazendo referência a um projeto de ampliação da escola de Barão de S. João no valor de 43 mil euros, mencionado no documento, perguntou se este projeto foi elaborado ou não.-----

-----O Sr. José Manuel Freire (CDU) saudou os cidadãos que tomaram posse no Conselho Municipal de Segurança e lamentou que passados 7 meses, depois da tomada de posse dos órgãos municipais, é que foi dada a posse a este Conselho, faltando serem empossados outros Conselhos Municipais. Sobre o Ponto em discussão disse que a CDU tinha apresentado uma Declaração sobre o mesmo, onde manifestou a sua opinião contra o apresentado uma vez que não cumpre a Lei, na opinião da CDU e por isso anunciou que a bancada da CDU se iria ausentar da sala aquando da votação do Ponto.-----

-----O Sr. José Alberto Baptista (TSL) fez a seguinte intervenção: “A Coligação TSL mostrou, na reunião anterior, a sua boa vontade para que o assunto das contas de 2013 pudesse ser incluído na Ordem do Dia da sessão da Assembleia, defendendo a alteração da redação do ponto 1, de modo que esta redação correspondesse à obrigação legal da “apreciação e votação” das contas do ano anterior, por parte da Assembleia, na sua sessão ordinária de abril. Esta alteração visava cumprir o normativo autárquico, sem interferir no normativo da sobre o envio das contas



Fl. 53v.

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LAGOS

anuais ao Tribunal de Contas até 30 de abril (Lei 48/2006, n. 4. do artigo 52.º). “Os documentos de prestação de contas são enviados ao Tribunal de Contas dentro do prazo legalmente fixado para o efeito, após a respetiva aprovação pelo órgão executivo, independentemente da sua apreciação pelo órgão deliberativo”. Foi, pois, a partir do texto da Câmara Municipal, e em ordem a corresponder à nossa boa vontade, que a Coligação TSL tentou fazer uma análise substantiva da documentação apresentada, depois de expurgada a parte mais direcionada com a intercalação das contas, debruçando-se sobre alguns pontos de alguns capítulos: 1. A execução orçamental (capítulo III); 2. As demonstrações financeiras e patrimoniais (capítulo IV); 3. O PAEL e o PAF (capítulo VI); 4. O parecer do ROC. A abordagem ao documento foi-se tornando, à medida que avançava a nossa análise, algo confusa e ilegível. De facto, mesmo depois do expurgo que foi feito por nós, as dúvidas não deixaram de crescer à medida que analisávamos o documento. Eis uma breve amostragem do que constatámos: 1. Relatório de execução financeira, capítulo III. - No ponto 3., “execução orçamental”, lamentamos que não tenha sido elaborado um mapa com os valores anuais, dando assim uma leitura correta e comparativa dos valores em causa, sejam homólogos, sejam orçamentais. Recorremos à informação dos dois textos das contas intercalares e à informação da situação económica e financeira do mês de dezembro sem, contudo, conseguirmos perceber os valores reais, quer da receita estrutural, quer da dívida estrutural. Há números dispares e há falta de explicações para algumas das principais situações das contas. - O ponto 7., “dívida municipal”, deixou-nos perplexos. Assunto a que voltaremos mais adiante, quando falarmos sobre o parecer do ROC. A situação de endividamento, e do respetivo excesso, em nada se alterou desde o último relatório intercalar. Nada sabemos, porém, sobre as penalizações que incidiram sobre o excesso ilegal do endividamento, que é de 20 723 mil euros, caso a nossa leitura da página 42 do documento da Câmara esteja correta. 2. Demonstrações financeiras e patrimoniais, capítulo IV. Dado que os mapas são anuais e de comparação homóloga com 2012, a sua análise foi mais fácil e mais adequada à apreciação da A.M.. O ativo líquido da autarquia é de 247 589 mil euros. Os Fundos próprios são 157 278 mil euros e o resultado líquido do exercício fecharia com um 1 287 mil euros. No n. 4, “indicadores e rácios de gestão patrimonial”, encontram-se algumas dificuldades na liquidez geral (só 47% de capacidade), e graves na liquidez imediata, que é de 7%. Na solvabilidade, - quociente entre os fundos próprios e os recursos alheios - o rácio da autarquia é bom, uma vez que é de 1,74, ainda que inferior ao de 2012, que foi 1,9. Também a autonomia financeira é razoável, uma vez que é suportada, em 64%, pelos fundos próprios. 3. O PAEL e o PAF. Esta matéria necessita de um debate mais profundo pela Assembleia Municipal, uma vez que os compromissos assumidos em seu nome são importantes para a gestão quotidiana da Câmara, como para a liquidação da dívida municipal. 4. Parecer do ROC. Começamos por lamentar o modo como decorreu a sua presença na Assembleia. Se era para ler o parecer do documento das contas, não valeria a pena a sua notívaga presença. Mas, que havia necessidade de levantar algumas questões, havia. A menor das quais não será, porventura, a sua falta de ligação com o parecer emitido com as contas intercalares



anteriores. Basta recordar o ponto 12 do parecer de novembro, a respeito da contabilização dos 67,9 milhões de euros dos compromissos assumidos pela Câmara em relação às empresas municipais. Onde se encontra esse valor espelhado no atual documento? Percebemos que houve acertos contabilísticos que incluíram ativos corpóreos das empresas, mas, para as contas finais, o que a TSL pergunta é: - A dívida a médio e a longo prazo do Município é ainda de 102 milhões de euros, calculada através das contas intercalares anteriores, ou agora está reduzida para 76 milhões, de acordo com o Balanço, ou para 44 milhões, segundo o mapa da situação de endividamento inserto no documento? Depois desta breve amostragem da dificuldade na análise do documento das contas, é nossa obrigação dizer o seguinte: A. O texto apresentado foi formatado pela estrutura imposta pelo Tribunal de Contas. Tivemos o cuidado na anterior reunião de dizer que era necessário separar as águas e que, por isso, a nossa análise incidiria sobre o normativo da Lei autárquica. Dessa análise resultaram dificuldades na sua leitura e interpretação, bem como confusão e contradição, pelo menos aparente, em alguns dos dados apresentados. A prestação de contas à Assembleia não pode ser um texto algo hermético, a que só os iniciados têm acesso. B. A prestação de contas deve conter todas as contas consolidadas, incluindo as empresas municipais, sobretudo a “Futurlagos”, e suas associadas, e a “Lagos em forma”. De facto, no texto, há referências às empresas municipais, mas, em termos contabilísticos. Não foi, por isso, possível encontrar uma informação autónoma sobre estas empresas, no sentido que a Coligação TSL a solicitara no seu pedido de 20 de março e que, em parte, aqui se relembra: “No momento em que a Assembleia vai analisar as Contas de 2013, será oportuno por parte da Câmara Municipal, .... elaborar um Relatório pormenorizado da situação financeira e dos contratos e compromissos assumidos pelas “empresa [municipais] locais e de quaisquer outras entidades que integrem o perímetro da administração local”, bem como sobre “os resultados da participação do município nas empresas locais e em quaisquer outras entidades” (n.º 2. do artigo 25.º da Lei 75/2013). Assim, a Coligação solicita que seja incluída na análise do Relatório e Contas de 2013 a situação das Empresas Municipais, “Futurlagos” e “Lagos em forma”, bem como das suas participadas ou entidades com quem tem acordos e compromissos”. Assim o solicitava a Coligação TSL à Câmara Municipal no seu pedido de 20 de março. C. A Coligação, apesar de não ter recebido ou encontrado respostas ao seu pedido, ainda esperou que esta matéria viesse a ser debatida no ponto 2. da Ordem do Dia desta sessão: “Situação do endividamento da Câmara Municipal e das empresas municipais, à data de 31 de março 2014”, ponto incluído por decisão da Comissão Permanente da Assembleia, ao abrigo do n.º 1 do artigo 53.º da Lei 75/2013. Estranhamente, até este momento, a Coligação não recebeu qualquer documentação sobre este ponto, o que nos leva a crer que o mesmo não foi tido em conta pela Câmara Municipal e não será discutido nesta sessão da Assembleia. É perante este acumular de factos e situações, a saber: - Um documento não articulado como “prestação de contas” à Assembleia Municipal; - Um documento como carências de informação e de legibilidade; - Uma informação pouca clara sobre a situação financeira e de endividamento do Município; - Uma não informação autónoma e



Fl. 54v.

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LAGOS

completa sobre as empresas municipais e suas associadas; - E, por fim, mas também relevante, um comportamento não explicado da Câmara Municipal sobre o ponto 2 da Ordem do Dia e do pedido da Coligação TSL; É perante este acumular de factos e situações, que a Coligação TSL RECOMENDA à Sr.<sup>a</sup> Presidente da Câmara que pondere retirar este ponto da Ordem do Dia desta sessão, reelaborando a Câmara o documento da prestação de contas de 2013 de acordo com as competências políticas da Assembleia, sobretudo o Capítulo III – Relatório de Execução Financeira, e dando especial ênfase, ou no próprio documento da prestação de contas, ou como anexo, aos seguintes pontos: - A execução orçamental de 2013, comparada e homóloga, - A situação das empresas municipais, - A situação do PAEL e do PAF, - A situação do endividamento integral, e consolidado, do Município, - O inventário dos bens, direitos e obrigações patrimoniais, de acordo com o estipulado pela Lei para a sessão de abril da Assembleia. Esta decisão seria de bom senso e acolheria o cumprimento legal da apresentação da prestação de contas à Sessão da Assembleia de abril.”-----

-----O Sr. Jorge Ferreira (LCF) começou por louvar as intervenções das bancadas da CDU e TSL que vieram ao encontro da opinião do Grupo LCF. Disse que um relatório contas de uma Câmara Municipal deve refletir todas as contas na esfera financeira do Município e este não o faz, sendo um documento contraditório, começando logo pelo título do mesmo, sendo que essa situação foi levantada em reunião da Comissão Permanente, tendo a Câmara Municipal tempo para corrigir o lapso. Referiu que este documento é um documento técnico mas ao mesmo tempo político e isso deveria estar mais evidente, ao contrario do que se verifica, pelo que sugeriu que o documento fosse retirado da Ordem do Dia, que fosse reformulado e depois apreciado pela Assembleia Municipal, de acordo com a Lei. Insistiu que o documento deve ter uma linguagem fácil de entender pelo cidadão comum.-----

-----A Sra. Presidente da Câmara Municipal, Maria Joaquina Matos, disse que o documento em discussão foi elaborado pelos serviços técnicos da Câmara Municipal, e a sua elaboração foi acompanhada pelos Revisores Oficiais de Contas e foi apreciado pela Câmara Municipal, em reunião pública, não tendo sido levantado nenhuma questão sobre o mesmo. Referiu que este é o documento que a Câmara tem para apresentar à Assembleia Municipal e não o ia retirar da Ordem do Dia.-----

-----O Sr. Vice-Presidente da Câmara Municipal, Hugo Pereira, disse que as solicitações do Tribunal de Contas tiveram uma grande influência na elaboração do documento em apreciação. Referiu que as contas, integrais, de 2013, estão no documento. Afirmou que a discussão deveria ser em torno de se estaria no documento, ou não, a dívida há muito reclamada e na reunião de Câmara isso foi reconhecido por todos os membros da Câmara Municipal. Sobre a verba referida pelo PSD para Barão de S. João, informou que apenas se tratava de um acerto contabilístico e não de um investimento. Referiu que uma coisa é dívida outra são compromissos assumidos, sendo que compromissos não são considerados como dívidas. Disse que o Relatório de Gestão Consolidado é que vai juntar as contas da autarquia e das empresas municipais e esse documento está a ser elaborado de acordo com a Lei e será apreciado pela Assembleia Municipal. Referiu que a ideia do





convite feito aos Revisores Oficiais de Contas foi no sentido de estes dizerem, de viva voz, qual a verdadeira situação financeira da Câmara Municipal e esclarecer o Plenário sobre qualquer dúvida que pudesse surgir.-----

-----O Sr. José Alberto Baptista (TSL) disse que é preciso saber a verdade sobre a dívida municipal e de facto a documentação apresentada não é de fácil leitura. Referiu que, na sua opinião, dívida e compromisso é a mesma coisa, uma vez que um compromisso é uma dívida. Acrescentou que a Câmara Municipal tem que aceitar as críticas da Assembleia Municipal uma vez que este Órgão tem uma visão diferente da Câmara Municipal.-----

-----O Sr. José Manuel Freire (CDU) disse que a questão levantada pela CDU tem a sua razão de ser, uma vez que o que acontece em Lagos, não se verificou em mais lado nenhum do País. Referiu que a Câmara Municipal deliberou sobre um relatório de contas intercalar e a Sra. Presidente da Câmara Municipal não tem competência para mudar aquilo que foi a votação do Órgão Câmara Municipal. Disse que o Órgão fiscalizador é a Assembleia Municipal e não deve ser o Sr. Vice-Presidente da Câmara Municipal a dizer o que a Assembleia Municipal deve discutir.-----

-----A Sra. Presidente da Câmara Municipal, Maria Joaquina Matos, disse que não veio impor nada à Assembleia Municipal.-----

-----O Sr. Jorge Ferreira (LCF) perguntou qual é o real valor da dívida do Município de Lagos, sendo que considera dívida aquilo que o Município assumiu pagar.-----

-----O Sr. Vice-Presidente da Câmara Municipal, Hugo Pereira, disse que o total da dívida da Câmara Municipal é o passivo mais acréscimos e deferimentos, o que resulta num valor de cerca de 90 milhões. Referiu que contabilisticamente um compromisso não é considerado dívida.-----

-----O Sr. Jorge Ferreira (LCF) perguntou se é necessário, ou não, assegurar arrecadação de receita para pagar os 90 milhões de euros.-----

-----O Sr. Vice-Presidente da Câmara Municipal, Hugo Pereira, disse que são coisas que não têm nada a ver uma com outra. Esclareceu que há 18 milhões de euros não vão ser pagos porque vão ser recebidos. Referiu que a Câmara Municipal está a efetuar pagamentos num prazo a rondar os 90 dias, o que quer dizer que salvo a dívida que está acordada, e que está a ser cumprindo esses acordos, a autarquia está a cumprir um prazo de pagamento muito bom. Afirmou que a dívida é grande mas não tem que ser paga amanhã.-----

-----O Sr. Jorge Ferreira (LCF), partindo do princípio de que o Município recebe todos os meses cerca de 1 milhão de euros, perguntou qual a estratégia da Câmara Municipal no sentido de poder responder às necessidades do Município, nomeadamente, em termos de investimento.-----

-----O Sr. Vice-Presidente da Câmara Municipal, Hugo Pereira, disse que o Município também recebe um “ordenado”, só que esse “ordenado” não tem um valor fixo, varia todos os meses e é com esses valores que o Município gere as suas contas. Em termos de investimento e dada a situação financeira difícil do Município disse que nos próximos 4 anos é difícil haver grandes investimentos no Concelho, estando no entanto as atenções estão viradas para o arranjo da ponte D. Maria, uma vez que foi conseguido financiamento para a obra e é uma situação demasiado



Fl. 55v.

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LAGOS

importante para Lagos.-----  
-----O Sr. Carlos Glória (LCF), tendo sido o ultrapassado o endividamento, situação que condicionando a atuação da Câmara Municipal a nível de endividamento junto da banca e sendo que as receitas são praticamente para fazer face às despesas correntes, perguntou a opinião da Câmara Municipal sobre estas situações.-----  
-----O Sr. Vice-Presidente da Câmara Municipal, Hugo Pereira, disse que há muito que a Câmara Municipal não se pode recorrer da banca. Referiu que neste mandato autárquico vai ser destinado a pagar os investimento já feitos. Referiu que ainda faltam fazer alguns investimentos no Concelho, mas os maiores foram feitos. Afirmou que as despesas correntes não podem ultrapassar os atuais valores e foram criados mecanismos para as reduzir, esperando conseguir poupar para ocorrer a alguma emergência e para apoiar a ação social. Acrescentou que há uma série de imóveis municipais que não vão servir a Câmara Municipal e por isso está a ser estudada a hipótese de os alienar, servindo essa verba para abater na dívida que tem taxas de juro que oneram o Município.-----  
-----O Sr. Carlos Glória (LCF) disse que a solvabilidade da Câmara está sustentada no património, pelo que perguntou se o património vale o que está no balanço ou se vale menos e qual a consequência de tudo isto para a Câmara Municipal.-----  
-----O Sr. Vice-Presidente da Câmara Municipal, Hugo Pereira, disse que numa empresa privada se os imóveis fossem inflacionados, o rácio de solvabilidade aumentava, mas não essa a situação que se deve colocar para a Câmara Municipal. Referiu que muitos do imóveis não estão avaliados pelo valor atual e só um outro modelo de contabilidade autárquica permitirá fazer uma atualização dos imóveis, no entanto quando isso acontecer esse valor não passará de um valor contabilístico; o rácio de solvabilidade aumentaria mas isso não significa que a Câmara passe a ter liquides financeira.-----  
-----O Sr. António Marreiros (PS) disse que o PS aceitou, por bem, a proposta da Sra. Presidente da Câmara Municipal, no sentido de corrigir a denominação do Ponto em discussão, pelo que é da opinião de que o Ponto pode ser votado, estando as contas com o aval do Revisor Oficial de Contas. Referiu que a Consolidação das Contas, que terá que vir à Sessão Ordinária de junho da Assembleia Municipal, virá corrigir alguns lapsos que este documentos possam ter. Anunciou o voto favorável do PS no Ponto em causa.-----  
-----O Sr. José Valentim Rosado (PSD) começou por saudar os Membros do Conselho Municipal de Segurança, empossados. Reconheceu o esforço que a Câmara Municipal está a fazer no sentido de dotar o Município das melhores condições operativas e de afastar todos os constrangimentos a que estão sujeitos na sequência das más opções tomadas no passado recente. Concordou com as palavras do Sr. Vice-Presidente da Câmara Municipal em relação à avaliação dos imóveis. Disse que no passado o grande erro foi os autarcas que endividaram os Municípios e desprestigiar o Poder Municipal; o Poder Municipal é um Poder de proximidade das populações, não é um Poder de vaidades pessoais mas sim para servir os cidadãos. Disse que a rentabilidade social que é necessária, tem custos de manutenção e de conservação muito elevados. Afirmou que o PSD quer o bem do Município e por



isso apoia e ajuda aqueles que vão por esse caminho. Terminou, dirigindo-se à Câmara Municipal, dizendo que o PSD critica a Câmara quando tem que o fazer e elogia quando assim o acha por bem, sendo que as intervenções do Sr. Vice-Presidente da Câmara Municipal, mereceram o apreço da bancada do PSD.-----

-----A Sra. Presidente da Câmara Municipal, Maria Joaquina Matos, disse que a situação da Câmara Municipal de Lagos, não é boa, mas apesar de tudo é uma situação controlável, claro que isso vai levar a alguns sacrifícios entre os quais a quebra no investimento, mas os necessários vão se realizar, como é o caso da ponte D. Maria; acrescentou que a ação social continua a ter resposta positiva da Câmara Municipal, dentro das suas possibilidades.-----

-----**SAÍDA DE MEMBROS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL:** Antes de ser votado o Ponto, ausentaram-se da Bancada os seguintes Membros da Assembleia Municipal:

PARTIDO	NOME DO MEMBRO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL
CDU	Ana Paula Pereira Viana
CDU	Celso Jorge Pereira da Luz Alves Costa
CDU	José Manuel da Glória Freire de Oliveira

-----Posto isto, passou-se à votação dos **DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS DO ANO 2013, INCLUINDO O RELATÓRIO DE GESTÃO INTERCALAR DO ANO 2013 (15 DE OUTUBRO A 31 DE DEZEMBRO)**, tendo-se verificado o seguinte resultado:

	PS	PSD	LCF	CDU	TSL	BE	TOTAL
<b>VOTOS A FAVOR</b>	12	0	0	-	0	0	<b>12</b>
<b>ABSTENÇÕES</b>	0	5	1	-	1	0	<b>7</b>
<b>VOTOS CONTRA</b>	0	0	2	-	0	1	<b>3</b>

-----**DELIBERAÇÃO Nº 47/AM/2014:**

-----**Deliberado**, por maioria, aprovar os Documentos de Prestação de Contas do ano 2013, incluindo o Relatório de Gestão Intercalar do ano 2013 (15 de outubro a 31 de dezembro), nos termos consignados na alínea l) do n.º 2 do Artigo 25.º, do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e conforme a proposta apresentada pela Câmara Municipal de Lagos aprovada na sua reunião pública ordinária realizada no dia 16 de abril de 2014.-----

-----Declaração de Voto efetuada pelo Sr. Fernando Marreiro (PSD): “O PSD constatou com este Relatório que a Câmara está muito limitada a nível dos seus compromissos, com endividamento líquido superior a 70 milhões, com o excesso de 20 milhões, de qualquer modo a nossa abstenção é um sinal com vista a contribuir para a Câmara Municipal se esforce na melhoria da apresentação destes documentos, em futuras situações e consiga sair, o mais rapidamente possível de todos os constrangimentos financeiros evidenciados no documento de forma a permitir um maior e melhor desenvolvimento para o Concelho de Lagos.”-----

-----Declaração de Voto efetuada pelo Sr. José Alberto Baptista (TSL): “A Coligação TSL absteve-se na votação do documento da “prestação de contas de 2013”,



Fl. 56v.

**ASSEMBLEIA MUNICIPAL  
DE  
LAGOS**

apresentado pela Câmara, porque, mesmo mantendo o conteúdo da análise da nossa intervenção, e não concordando com a não aceitação da Câmara Municipal em não retirar o documento da Ordem do Dia, com vista a uma reelaboração dos pontos críticos denunciados pela Coligação, conforme nossa Recomendação, não pôde deixar de tomar em consideração o pouco tempo de participação política da TSL no ano de 2013, cujas contas deveriam estar em apreciação.”-----

-----**ENTRADA DE MEMBROS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL:** Depois destas Declarações de Voto, tomaram lugar na bancada os seguintes Membros da Assembleia Municipal:

<b>PARTIDO</b>	<b>NOME DO MEMBRO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL</b>
CDU	Ana Paula Pereira Viana
CDU	Celso Jorge Pereira da Luz Alves Costa
CDU	José Manuel da Glória Freire de Oliveira

-----**INTERRUPÇÃO DA REUNIÃO:** Neste momento, eram 22 horas e 48 minutos, o Sr. Presidente da Mesa, Paulo Morgado (PS), declarou interrompidos os trabalhos da Sessão para um breve intervalo, tendo os mesmos sido retomados às 23 horas e 8 minutos.-----

-----**PONTO 2 - SITUAÇÃO DO ENDIVIDAMENTO DA CÂMARA MUNICIPAL E DAS EMPRESAS MUNICIPAIS, À DATA DE 31 DE MARÇO DE 2014.**-----

-----O Sr. Jorge Ferreira (LCF) disse que era suposto a Câmara Municipal ter enviado documentação à Assembleia Municipal para que este assunto fosse debatido, tendo a mesma sido solicitada devidamente.-----

-----O Sr. Vice-Presidente da Câmara Municipal, Hugo Pereira, disse que não foi possível apresentar a dívida consolidada ao trimestre em devidas condições, mas a Câmara, presencialmente, está disponível para debater o Ponto.-----

-----O Sr. José Alberto Baptista (TSL) disse que o que foi dito pelo Sr. Vice-Presidente da Câmara Municipal, é compreensível, mas podia ter dado essa informação por escrito e assim o Ponto não seria colocado na Ordem do Dia.-----

-----O Sr. José Manuel Feire (CDU) disse que a Câmara Municipal ao saber da Ordem do Dia para esta Sessão da Assembleia Municipal podia ter enviado uma justificação para o facto de não conseguir enviar, em tempo útil, documentação à Assembleia Municipal para que esta debatesse o assunto deste Ponto.-----

-----O Sr. Jorge Ferreira (LCF) disse que noutras circunstância aceitaria a justificação dada pelo Sr. Vice-Presidente da Câmara Municipal, mas já na Sessão de fevereiro o Grupo Municipal LCF, solicitou esta informação e a Sra. Presidente da Câmara Municipal comprometeu-se a fazer chegar à Assembleia Municipal a informação solicitada. Referiu que a Câmara deveria ter informado a Assembleia Municipal que não conseguia reunir as informações necessárias para que este Ponto fosse apreciado. Terminou dizendo que não havia condições para apreciar este assunto e assim retirava o assunto da Ordem do Dia, e que iria solicitar o agendamento do mesmo para a próxima Sessão da Assembleia Municipal.-----

-----**PONTO 3 - INFORMAÇÃO ESCRITA DA PRESIDENTE DA CÂMARA ACERCA**



**DA ATIVIDADE DO MUNICÍPIO:** Foi dispensada a leitura da Informação em causa, uma vez que a mesma tinha sido oportunamente remetida aos Grupos Municipais e a todos os Membros da Assembleia Municipal a qual fica arquivada em pasta anexa ao presente livro de atas sob o número D-539-13.-----

-----A Sra. Presidente da Câmara Municipal, Maria Joaquina Matos, fez a respetiva introdução ao assunto.-----

-----O Sr. José Alberto Baptista (TSL) fez a seguinte intervenção: “Em relação a esta Informação da Sra. Presidente a Coligação, neste momento, só deixa duas sugestões: A primeira, que a Sra. Presidente escreva um Prefácio pessoal no início da próxima informação; a sua escrita é agradável, é inteligente e é reconfortante. Ficaremos, assim, todos a saber que é da Sra. Presidente a informação que recebemos. A segunda, e na linha da defesa do poder local em Lagos, que se esclareça o que a se entende por “executivo em permanência”. A Lei só reconhece competências à Sra. Presidente, podendo, porém, ser coadjuvada pelos Vereadores no exercício das suas funções, delegando neles algumas das suas competências (artigo 36.º da Lei 75/2013). A lei 75/2013 manteve o artigo 58.º da Lei 166/99, com o título de “Vereadores a tempo inteiro e a meio tempo”. A sua existência, segundo o mesmo artigo, é pura decisão da Sra. Presidente, tendo sempre em conta que a “câmara municipal é o órgão executivo colegial do município”, segundo o artigo 56.º da referida Lei, em transcrição do texto da Constituição. Por isso, em permanência estará a Sra. Presidente, coadjuvada, ou, não por alguns dos seus vereadores, seja a tempo a inteiro, seja a meio tempo, seja em tempo não diferenciado. Curioso é que a redação do ponto 6. da sua Informação de hoje começa assim: “No período em análise, participei em diversas ações/reuniões/eventos...” e enumera os tais eventos e ações em que participou. O que pode levar a supor que, afinal, o dito “executivo em permanência” se reduz, in fine, à Sra. Presidente. Quando analisarmos o Relatório sobre o exercício do direito de oposição, a Coligação não deixará de regressar ao assunto. Nessa altura, a Coligação desejará ficar completamente esclarecida.”-----

-----O Sr. José Manuel Freire (CDU) disse que é referido na Informação de que o Executivo fez uma visita à Freguesia de Bensafrim/Barão de S. João, pelo que perguntou se todos os Vereadores da Câmara Municipal tinham sido convidados a realizar a visita. Perguntou qual o ponto da situação relativamente às obras na Igreja de Santo António, quais as ruas a serem intervencionadas no Centro da cidade e qual o bairro social que iria ser alvo de recuperação. Solicitou informação sobre uma reunião da Câmara Municipal com a Direção Regional da Cultura sobre o doce D. Rodrigo.-----

-----O Sr. José Valentim Rosado (PSD) disse que este documento é uma Informação da Sra. Presidente e não dos Serviços da Câmara Municipal. Gracejando com o facto do Município ter aderido “À Hora do Planeta”, tendo assim apagado algumas luz durante uma hora, disse que Lagos não apaga luzes só na Hora do Planeta, uma vez que há muitas luzes desligadas no Concelho. Referiu que vão ser intervencionadas ruas no Centro Histórico, mas as mesmas não podem ser intervencionadas só ao nível do pavimento, têm que ser tomadas em atenção as



Fl. 57v.

# ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LAGOS

infraestruturas no subsolo, para que as mesmas aguentem as intervenções à superfície, pelo que, no caso de não haver possibilidade de melhorar as infraestruturas no subsolo, é preferível não intervir à superfície. Sobre as comemorações do 25 de Abril, disse que a Câmara Municipal saiu prestigiada e dignificada com as Comemorações, porque que com a prata da casa foram feitas umas comemorações bonitas. Disse que não é feita nesta Informação, mas tinha gostado de ver, uma pequena análise financeira, referente aos últimos meses, assim como uma análise sobre o que está previsto fazer em relação a uma reestruturação dos Serviços, se há intenção de encerrar alguma empresa Municipal, enfim, gostava de ver um sinal de que ia haver uma mudança no futuro. Terminou sugerindo que fossem revistos os Regulamentos Municipais no sentido de os adequar à realidade.---

-----O Sr. Jorge Ferreira (LCF) perguntou quantos funcionários estavam afetos ao Serviço de Contratos e Notariado, para além das chefias. Disse que tem que haver uma separação dos documentos elaborados pelos Serviços da Câmara Municipal, de natureza técnica, e os elaborados pelo Executivo, que são de natureza política. Sobre prémios ganhos pelo Município, disse que isso é sempre bom, mas a maior parte dos mesmos não resultam de qualquer intervenção do Município. Solicitou à Câmara Municipal informação sobre o que está a fazer em relação aos problemas apresentados pelo Grupo Municipal do PSD no Período Antes da Ordem do Dia desta Sessão. Perguntou se existem pagamentos em atraso às entidades com as quais foram celebrados contratos de regularização de dívidas. Questionou sobre o valor total da renda mensal do Edifícios do Paços do Concelho Séc. XXI. Referindo-se à expressão “Executivo em permanência”, disse que o mesmo não existe porque o Executivo é um só, composto por todos os eleitos para a Câmara Municipal; neste âmbito, perguntou o porquê dos Vereadores da oposição ainda não terem um Gabinete, destinado aos mesmos. Disse que há necessidade de fazer investimentos e um que deve ser tomado em conta tem a ver com a rede de água, uma vez que a mesma tem já vários anos e por isso esta degradada. Perguntou o porquê de terem sido levantados pavimentos para realização de obras no Parque de Estacionamento da Frente Ribeirinha, uma vez que a obra é recente. Sobre o Dia dos Municípios com Centro Histórico, disse que as comemorações que decorreram em Lagos tiveram pouca aderência, sendo que podiam ter sido convidadas mais entidades a participar nas comemorações, como por exemplo as escolas e os seus alunos. Em relação ao 25 de Abril, deu os parabéns ao Sr. Presidente da Mesa pelo seu discurso, tendo acrescentando que as comemorações tinham corrido bem. Referiu que continua a achar que falta ao Executivo apresentar as suas ideias para o futuro do Município, na Informação da Sra. Presidente.-----

-----**SAÍDA DE MEMBRO DA CÂMARA MUNICIPAL:** Durante esta intervenção, ausentou-se, definitivamente, da sala o seguinte Membro da Câmara Municipal:

PARTIDO	NOME/CARGO DO MEMBRO DA CÂMARA MUNICIPAL	HORA
PSD	Nuno Filipe Carreiro Ferreira Serafim - Vereador	23.59

-----A Sra. Ana Paula Viana (CDU) perguntou a que se destina a verba para a Proteção Civil e se a mesma é coparticipada, o que estava previsto em relação ao



reforço na segurança para a época do verão. Sobre uma limpeza promovidas pela União das Freguesias de Lagos na zona da Meia-Praia, perguntou se as mesmas tinham abrangido o Forte da Meia-Praia e o que estava previsto para este monumento recentemente declarado de Interesse Público.-----

-----A Sra. Presidente da Câmara Municipal, Maria Joaquina Matos, sobre o que foi dito em relação à elaboração da Informação disse que a mesma vem na sequência dos documentos anteriormente elaborados, sendo que as mesmas trazem um grande número de informações prestadas pelos Serviços, no entanto aceita todas as críticas e sugestões feitas à Informação. Em relação ao facto de ser a Futurlagos a gerir o Plano de Urbanização disse que isso foi decidido há anos atrás por outro Executivo, estando essa situação a ser estudada não havendo nada de concreto sobre o futuro da gestão do Plano mencionado. Disse que a expressão “Executivo em permanência”, entrou no vocabulário e por vezes é utilizada, erradamente. Informou que na visita a Barão de S. João apenas participaram os Membros que estão a tempo inteiro na Câmara Municipal. Sobre os fogos municipais em obras, disse que estavam, no momento, 7 fogos a sofrer obras de melhoramento. Disse que foi criada um grupo de trabalho para tratar da certificação do bolo D. Rodrigo, no âmbito e uma candidatura a património imaterial. Sobre a reorganização dos Serviços disse que nada tinha a informar. Referiu que há uma série de ruas com carência de intervenção no Centro Histórico, mas não é possível intervir em todas, sendo que vão ser intervencionadas, à superfície, as que estão em pior estado e que estão a causar incidentes aos peões. Em relação às comemorações do 25 de Abril, disse que as mesmas correram bem estando todos de parabéns. Sobre os acordos de pagamentos, disse que os mesmos estão a ser cumpridos e os pagamentos estão em dia, mesmo os correntes. Informou que os custos mensais com o Edifício dos Paços do Concelho Séc. XXI rondam os 180 000 euros. Sobre a rede de água disse que uma parte já foi intervencionada mas existe outra que apesar de necessitar de intervenção não há verbas para tal. Disse que foram feitas obras à superfície do Parque de Estacionamento da Frente Ribeirinha porque vão abrir os equipamentos de bar e papelaria que se encontram no local. Sobre a pouca participação nas comemorações do Dia dos Municípios com Centro Histórico, disse que não sabia a razão para tal, tendo acrescentado que as escolas costumam levar alunos a eventos que tenham a ver com os programas escolares. Disse ter informação de que vai haver um reforço do contingente policial durante o verão. Informou que as ações de limpeza decorridas na Meia-Praia não incluíram o forte da Meia-Praia, apenas contemplou o bairro habitacional da zona.-----

-----O Sr. Vereador da Câmara Municipal, Paulo Jorge Reis, informou que o valor referido na Informação para a Proteção Civil tem a ver com uma candidatura feita pela AMAL que contempla equipamento de proteção individual e para equipamento específico.-----

-----A Sra. Vereadora da Câmara Municipal, Maria Fernanda Afonso, sobre o número de colaboradores que estão no Serviço de Contratos e Notariado, disse que quem faz a análise dos contratos são os Serviços Jurídicos, mas quem trata dos contratos é uma colaboradora, que não tem só esta tarefa a seu cargo.-----



Fl. 58v.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL  
DE  
LAGOS

-----O Sr. Vice-Presidente da Câmara Municipal, Hugo Pereira, disse que o deficit que consta na Informação prende-se com a transferência do saldo e com um esforço maior que é exigido, em termos de despesa, no início do ano, uma vez que as receitas são menores no primeiro trimestre do ano. Sobre as obras da Igreja de Santo António disse que o que está a tentar ser feito é arranjar financiamento através do Quadro Comunitário de Apoio.-----

-----A Sra. Vereadora da Câmara Municipal, Maria Fernanda Afonso, ainda sobre a Igreja de Santo António, disse que os problemas detetados no equipamentos, são a nível de reboco e de cobertura, estando tudo identificado e já planeada a intervenção e a candidatura a fundos comunitários. Informou que a certificação do D. Rodrigo é bastante difícil uma vez que se trata de património imaterial, sendo que é um processo que vai levar muitos anos.-----

-----**APROVAÇÃO EM MINUTA:** De seguida foi aprovada, por unanimidade, a minuta de todas as deliberações tomadas pela Assembleia Municipal no decurso da presente Sessão.-----

-----**FORMA DE VOTAÇÃO NAS DELIBERAÇÕES TOMADAS:** Em todas as deliberações tomadas no decorrer da presente Sessão, foi utilizada a forma de votação por braço levantado e por Grupo Municipal representado na Assembleia.-----

-----**ENCERRAMENTO DA REUNIÃO:** Assim o Sr. Presidente da Mesa, após consulta à Assembleia, declarou interrompida a Sessão, para continuação no dia 12 de maio de 2014, às 20 horas e 30 minutos, hora regimental, no Salão Nobre do Edifício dos Antigos Paços do Concelho, no ainda no Ponto 3 da Ordem do Dia, tendo, eram 0 horas e 34 minutos da madrugada do dia 6 de maio, declarado encerrada esta Reunião.-----

-----Da qual, para constar, foi extraída a presente Ata que eu, Ana Margarida de Passos Águas Bento e Barros Martins, Segunda Secretária da Mesa da Assembleia Municipal de Lagos, mandei lavrar, subscrevi e assino juntamente com o seu Presidente, Sr. Paulo José Dias Morgado.-----

.....  
.....